

ÊXODO RURAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL DAS CIDADES DE ALFREDO MARCONDES, PRESIDENTE PRUDENTE E REGENTE FEIJÓ

Edson Roberto Manfré
edson.manfre@fatec.sp.gov.br

RESUMO

A transformação no Brasil, entre a população rural e a urbana, tem modificado consideravelmente a relação campo/cidade, considerando que na década de 1950 a magnitude da população rural era de 64%, contra os 16% que são representados no ano de 2010, através do censo econômico do IBGE. De caráter descritivo, realizado por meio de pesquisa bibliográfica de artigos, livros, revistas e teses, que abordam as teorias da estrutura produtiva agrícola e da dinâmica regional através do desenvolvimento local e sites do governo que fornecem os índices de desenvolvimento PIB-Produto Interno Bruto, numa abordagem qualitativa. Este artigo tem por objetivo refletir sobre o êxodo rural ocorrido nas cidades de Alfredo Marcondes, Presidente Prudente e Regente Feijó e seus desdobramentos/reflexos na dinâmica regional e local, localizadas no interior do estado de São Paulo quanto ao PIB do Brasil, ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). Um dos fatores que observamos no êxodo rural no ano de 1980 através da representatividade da população rural no município de Alfredo Marcondes de 51,20%, Presidente Prudente de 5,26% e Regente Feijó de 27,48%. A evolução do PIB do Brasil da cidade de Alfredo Marcondes no comparativo do período 2002/2017 houve um aumento de 456,15% nos valores nominais, Presidente Prudente houve um aumento de 301,28% e Regente Feijó houve um aumento de 366,26%. São necessários novos estudos mais apurados e detalhados sobre os motivos que evidenciaram o êxodo rural tanto local, regional e nacional.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Êxodo Rural. População. Produto Interno Bruto (PIB).

RURAL EXODUS AND THE LOCAL DEVELOPMENT OF THE CITIES OF ALFREDO MARCONDES, PRUDENT PRESIDENT AND FEIJÓ REGENT

ABSTRACT

The transformation in Brazil, between the rural and the urban population, has considerably changed the rural / city ratio, considering that in the 1950s the magnitude of the rural population was 64%, against the 16% that are represented in 2010, through the IBGE economic census. Descriptive, carried out through bibliographic research of articles, books, magazines and theses, which address the theories of agricultural production structure and regional dynamics through local development and government websites that provide the GDP-Gross Domestic Product development indexes , in a qualitative approach. This article aims to reflect on the rural exodus

that occurred in the cities of Alfredo Marcondes, Presidente Prudente and Regente Feijó and its consequences / impacts on regional and local dynamics, located in the interior of the state of São Paulo regarding Brazil's GDP, the Municipal Human Development (MHDI) and the Social Vulnerability Index (IVS). One of the factors we observed in the rural exodus in 1980 through the representativeness of the rural population in the municipality of Alfredo Marcondes of 51.20%, Presidente Prudente of 5.26% and Regente Feijó of 27.48%. The evolution of GDP in Brazil in the city of Alfredo Marcondes in the comparison of the period 2002/2017 there was an increase of 456.15% in nominal values, Presidente Prudente there was an increase of 301.28% and Regente Feijó there was an increase of 366.26 %. Further more detailed and detailed studies are needed on the reasons for the rural exodus, both local, regional and national.

Keywords: Local Development. Rural exodus. Population. Gross Domestic Product (GDP).

1. INTRODUÇÃO

Em um país de grande dimensão territorial e forte concentração de renda, as regiões consigam desenvolver-se de forma homogênea. É o desenvolvimento desigual que caracteriza as diversas nações do globo que se reproduz no interior de cada nação, estado e município. A concentração da renda nas mãos de poucos é razão e produto desse processo.

As políticas públicas voltadas ao meio rural restringiram-se a estimular a modernização da agricultura através de uma modernização conservadora, ou seja, a Revolução Verde. O êxodo rural apurado neste período analisado deixa bem claro a falta de incentivo, investimento e interesse por parte dos governantes na solução dos problemas que causam a desvalorização do rural e a valorização do urbano, sem medir as consequências na falta de infraestrutura das cidades.

O desenvolvimento não surge com as mutações do mercado econômico, surgem com iniciativas, com novos produtos e serviços, e seus governantes provocando mudanças na economia dentro do seu país ou região.

O artigo é descritivo, realizado por meio de pesquisa bibliográfica de artigos, livros, revistas e teses, que abordam as teorias da estrutura produtiva agrícola e da dinâmica regional através do desenvolvimento local e sites do governo que fornecem os índices de desenvolvimento PIB- Produto Interno Bruto, numa abordagem qualitativa.

Este artigo tem por objetivo refletir sobre o êxodo rural ocorrido nas cidades de Alfredo Marcondes, Presidente Prudente e Regente Feijó e seus desdobramentos/reflexos na dinâmica regional e local, localizadas no interior do estado de São Paulo quanto ao PIB do Brasil, ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS).

O artigo divide-se em quatro seções, incluindo está. A seção 2 traz um comparativo do êxodo rural no Brasil do período de 1950 a 2010 e nas cidades do estado de São Paulo - Alfredo

Marcondes, Presidente Prudente e Regente Feijó, no período de 1980 a 2020. A seção 3 traz o papel das cidades de Alfredo Marcondes, Presidente Prudente e Regente Feijó no desenvolvimento local e regional. A seção 4 traz as considerações finais.

2. COMPARATIVO DO ÊXODO RURAL NO BRASIL DO PERÍODO DE 1950 À 2010.

O Brasil é uma federação composta por vinte e seis estados e um distrito federal, que em sua escala nacional, segundo o IBGE (2020), possui uma área territorial de 8.510.295.914 km². Com esse imenso território, os estados e municípios, cada um com suas especificidades, em um país de grande dimensão territorial e forte concentração de renda, as regiões consigam desenvolver-se de forma homogênea.

Segundo Hespanhol (2014, p. 2) “Atualmente, quase 30 milhões de pessoas vivem nas zonas rurais brasileiras, o que representa 15,6% da população total, de acordo com dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao ano de 2010”. Percentual este que já foi muito maior se comparado a décadas anteriores conforme podemos observar na tabela 1.

Tabela 01 – População do Brasil – Censo Demográfico de 1950 a 2010

| POPULAÇÃO CENSO DEMOGRÁFICO - BRASIL | | | | | |
|--------------------------------------|------------|--------|-------------|--------|-------------|
| PERÍODOS | RURAL | % | URBANA | % | TOTAL |
| 1950 | 33.161.506 | 63,84% | 18.782.891 | 36,16% | 51.944.397 |
| 1960 | 38.987.526 | 54,92% | 32.004.817 | 45,08% | 70.992.343 |
| 1970 | 41.603.839 | 44,02% | 52.904.744 | 55,98% | 94.508.583 |
| 1980 | 39.137.198 | 32,30% | 82.013.375 | 67,70% | 121.150.573 |
| 1991 | 36.041.633 | 24,53% | 110.875.826 | 75,47% | 146.917.459 |
| 2000 | 31.835.143 | 18,77% | 137.755.550 | 81,23% | 169.590.693 |
| 2010 | 29.830.007 | 15,64% | 160.925.792 | 84,36% | 190.755.799 |

Fonte: IBGE – Organizado pelo autor

Conforme é possível observar através da tabela 1 no ano de 1950 a representatividade da população rural era de 63,84%, num comparativo com o ano de 2010, houve uma redução de 10,04%, já a população urbana no ano de 1950 representava 36,16% do total da população num aumento expressivo de 856,76%, se comparado com o ano de 2010.

Segundo o IBGE em julho de 2020 o Brasil possuía uma estimativa populacional de 211.755.692, sendo que o estado de São Paulo representa 21,08% com 44.639.899 habitantes,

sendo 1.555.000 de população rural, representando 3,48% e de 43.084.899 de população urbana representando 96,52%.

Podemos observar também o crescente aumento da população urbana dos anos de 1960 a 2010, através do êxodo rural neste período.

Segundo Buainain (2015, p. 30) a desvalorização do meio rural acontece:

Historicamente, o meio rural brasileiro sempre foi desvalorizado. Ainda hoje quase 80% dos municípios brasileiros têm, na agropecuária, a principal fonte de geração local primária de riqueza, mas apesar disto o meio rural continua secundário nos planos governamentais e aos poucos vai se esvaziando, principalmente de jovens que buscam, nas sedes dos municípios, as condições e perspectivas de vida que não encontram no campo.

A desvalorização do rural pela falta de incentivo dos governantes e em contrapartida a valorização do urbano pelo êxodo rural, na fuga dos jovens a procura de novas oportunidades e novas perspectivas de vida. Ainda segundo Buainain (2015, p. 30):

Este descaso se traduz em prejuízos sociais, culturais e econômico para o país, por duas vias. A primeira está relacionado aos custos elevados da excessiva urbanização, que não se limitam aos recursos públicos alocados pelos 3 níveis de governo para tentar prover a infraestrutura e os serviços básicos demandados pela população urbana. Os custos são também visíveis na baixa qualidade de vida nas metrópoles e urbes de médio porte, que sem dúvida podem ser qualificadas de “cidades ineficientes”, cada vez menos sustentáveis, que afastam e desestimulam os negócios. A segunda via do prejuízo decorre da riqueza e do bem-estar que poderiam ser gerados no meio rural, e que é perdido pela falta de políticas e investimentos adequados.

O custo da excessiva urbanização pela falta de planejamento traz para o país prejuízos sociais, culturais e econômicos, provocando baixa qualidade de vida na cidade, e pela falta de políticas e investimentos adequados acabam gerando prejuízos quanto a riqueza e do bem-estar que poderiam ser gerados no meio rural.

2.1 Comparativo do êxodo rural nas cidades do estado de São Paulo - Alfredo Marcondes, Presidente Prudente e Regente Feijó;

Com as transformações ocorridas nos níveis nacionais e globais, se faz necessário uma reestruturação da economia, dando liberdade aos municípios e consequentemente cobrando responsabilidades como agente do desenvolvimento. Aproveitando o desenvolvimento local efetuamos uma pesquisa da evolução das cidades que serão projeto de estudos para o desenvolvimento do mestrado.

O estado de São Paulo é uma das 27 sedes federativas, composta por seiscentos e quarenta e cinco municípios, segundo o Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE)

(2019), possui uma área territorial de 248.209 km² com uma população total de 44.314.930 habitantes, sendo 1.563.832 habitantes na área rural e 42.751.098 habitantes na área urbana, ou seja, 3,52% da população estão na zona rural. Existem responsabilidades da municipalidade quanto ao êxodo rural que acontece no Brasil e também nos municípios brasileiros. Segundo Buainain (2015, p. 30):

A municipalidade tem grande responsabilidade nesta situação, uma vez que responde pela construção e manutenção de estradas locais, pela provisão de educação e saúde, fatores-chaves para o desenvolvimento local. É compreensível que prefeitos optem por alocar os recursos escassos nas áreas urbanas, onde se concentram a população e os eleitores, e talvez tenha sido esta lógica, seguida pela maioria dos presidentes e governadores, a principal responsável pela situação do meio rural brasileiro.

A falta de incentivo e apoio por parte dos governantes, preocupados com seus eleitores que na grande maioria são da área urbana, acabam deixando de lado os investimentos na área rural, deixando de realizar benfeitorias que seriam fundamentais para o seu desenvolvimento local.

Alfredo Marcondes é cidade muito pequena, localizada no interior do estado de São Paulo, pertence a região administrativa de Presidente Prudente, com a falta de investimento na área rural, acabou provocando o êxodo rural, este que já foi muito maior se comparado a décadas anteriores conforme podemos observar na tabela 2.

Tabela 02 – População de Alfredo Marcondes – SP de 1980 a 2020

| POPULAÇÃO – IMP – INFORMAÇÕES DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS | | | | | | |
|---|-----------------|------------------------|---------------|-------------------------|---------------|------------------------|
| LOCALIDADES | Períodos | População Rural | % | População Urbana | % | População Total |
| Alfredo Marcondes | 1980 | 2.211 | 51,20% | 2.107 | 48,80% | 4.318 |
| Alfredo Marcondes | 1990 | 1.285 | 35,95% | 2.289 | 64,05% | 3.574 |
| Alfredo Marcondes | 2000 | 1.024 | 27,71% | 2.671 | 72,29% | 3.695 |
| Alfredo Marcondes | 2010 | 636 | 16,35% | 3.253 | 83,65% | 3.889 |
| Alfredo Marcondes | 2020 | 373 | 9,50% | 3.554 | 90,50% | 3.927 |

Fonte: IMP – Seade - Organizado pelo autor

Conforme é possível observar através da tabela 2 no ano de 1980 a representatividade da população rural no município de Alfredo Marcondes era de 51,20%, num comparativo com o ano de 2020, houve uma redução de 82,23%, já a população urbana no ano de 1980 representava 48,80% do total da população num aumento de 67,58%, se comparado com o ano de 2020.

Observamos também o crescente aumento da população urbana dos anos de 1990 a 2020, através do êxodo rural neste período.

Presidente Prudente é uma cidade de médio porte, localizada no interior do estado de São Paulo, pertence a região administrativa de Presidente Prudente, com a falta de investimento na área rural, acabou provocando o êxodo rural, este que já foi muito maior se comparado a décadas anteriores conforme podemos observar na tabela 3.

Tabela 03 – População de Presidente Prudente – SP de 1980 a 2020

| POPULAÇÃO – IMP – INFORMAÇÕES DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS | | | | | | |
|---|-----------------|------------------------|--------------|-------------------------|---------------|------------------------|
| LOCALIDADES | Períodos | População Rural | % | População Urbana | % | População Total |
| Presidente Prudente | 1980 | 7.170 | 5,26% | 129.255 | 94,74% | 136.425 |
| Presidente Prudente | 1990 | 5.447 | 3,36% | 156.896 | 96,64% | 162.343 |
| Presidente Prudente | 2000 | 3.952 | 2,09% | 184.997 | 97,91% | 188.949 |
| Presidente Prudente | 2010 | 4.232 | 2,04% | 203.217 | 97,96% | 207.449 |
| Presidente Prudente | 2020 | 4.510 | 2,04% | 216.563 | 97,96% | 221.073 |

Fonte: IMP – Seade - Organizado pelo autor

Conforme é possível observar através da tabela 3 no ano de 1980 a representatividade da população rural no município de Presidente Prudente era de 5,26%, num comparativo com o ano de 2020, houve uma redução de 37,46%, já a população urbana no ano de 1980 representava 94,74% do total da população num aumento de 66,59%, se comparado com o ano de 2020.

Observamos também o crescente aumento da população urbana dos anos de 1990 a 2020, através do êxodo rural neste período.

Regente Feijó uma cidade pequena, localizada no interior do estado de São Paulo, pertence a região administrativa de Presidente Prudente, com a falta de investimento na área rural, acabou provocando o êxodo rural, este que já foi muito maior se comparado a décadas anteriores conforme podemos observar na tabela 4.

Tabela 04 – População de Regente Feijó – SP de 1980 a 2020

| POPULAÇÃO – IMP – INFORMAÇÕES DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS | | | | | | |
|---|-----------------|------------------------|---------------|-------------------------|---------------|------------------------|
| LOCALIDADES | Períodos | População Rural | % | População Urbana | % | População Total |
| Regente Feijó | 1980 | 3.033 | 27,48% | 8.004 | 72,52% | 11.037 |
| Regente Feijó | 1990 | 2.713 | 18,69% | 11.802 | 81,31% | 14.515 |
| Regente Feijó | 2000 | 1.730 | 10,19% | 15.247 | 89,81% | 16.977 |
| Regente Feijó | 2010 | 1.444 | 7,81% | 17.037 | 92,19% | 18.481 |
| Regente Feijó | 2020 | 1.189 | 6,10% | 18.302 | 93,90% | 19.491 |

Fonte: IMP – Seade - Organizado pelo autor

Conforme é possível observar através da tabela 4 no ano de 1980 a representatividade da população rural no município de Regente Feijó era de 27,48%, num comparativo com o ano de 2020, houve uma redução de 60,07%, já a população urbana no ano de 1980 representava 72,52% do total da população num aumento de 127,19%, se comparado com o ano de 2020.

Observamos também o crescente aumento da população urbana dos anos de 1990 a 2020, através do êxodo rural neste período.

Segundo Buainain (2015, p. 30) ainda é possível reverter este quadro:

Será possível reverter este quadro e voltar-se para o meio rural com um novo olhar? Creio que sim, porque hoje a pressão para promover o rural vem da própria cidade, que começou a descobrir e valorizar o meio rural como indispensável para manter a qualidade de vida nas cidades. Existe um mundo de oportunidades nas zonas rurais a serem exploradas por governadores, prefeitos e empresários inovadores, que podem conciliar sustentabilidade política, econômica, social e ambiental. Não faltam apenas, e nem principalmente, recursos. Faltam visão e determinação!

Somente com as perspectivas de um olhar diferente encontraremos respostas para se valorizar o meio rural, através de técnicas e oportunidades de investimentos de inovação tanto da parte pública como privada.

Algumas alternativas são possíveis na tentativa de se alcançar harmonizar o campo com a cidade através de novas formas de governo. Segundo Gazolla (2015):

Como alternativas a estes problemas, surgiram várias experiências e, em alguns casos, são até desenhadas políticas públicas por algumas regiões e governos. Uma das iniciativas é a tentativa de (re)conectar os consumidores com a produção local e os agricultores familiares em cadeias curtas de alimentos. A ideia básica é que a produção circule por canais de abastecimento e mercados locais, no intuito que as necessidades dos consumidores sejam supridas em sua origem, sem os alimentos percorrerem longas distâncias.

Em outras épocas o abastecimento das cidades pequenas era realizado através dos camponeses, ou seja, uma forma de se conseguir conectar novamente os consumidores com a produção local e os agricultores familiares, evitando que esta produção saía do município produtor.

Algumas vantagens podem ser oferecidas aos consumidores locais, que segundo Gazolla (2015):

Uma primeira seria que os consumidores conseguem saber a origem dos alimentos, em função de se poder “rastrear socialmente”, pois possuem relações de proximidade social com os agricultores ou mesmo através de rótulos, símbolos, certificações que os produtos possuem, caso circulem em regiões mais distantes. Uma segunda consideração importante é que os

alimentos que circulam por cadeias curtas, são alimentos mais saudáveis e sustentáveis, no sentido que provêm de experiências da agricultura integrada, orgânica, artesanal, agroecológica, com especificidades qualitativas, sociais ou territoriais.

Quando se fala em qualidade do alimento e também da procedência do mesmo, estamos falando da relação consumidor/produtor, uma forma de garantia que está se consumindo um alimento saudável e de qualidade, produzida por produtores familiares que facilitam a proximidade entre ambos.

3 O PAPEL DAS CIDADES DE ALFREDO MARCONDES, PRESIDENTE PRUDENTE E REGENTE FEIJÓ NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

Se faz necessários efetuar um levantamento da evolução do PIB do Brasil nas cidades do estado de São Paulo, Alfredo Marcondes, Presidente Prudente e Regente Feijó, cada uma com suas especificidades, analisaremos o seu desenvolvimento na série de 2002 a 2016. A evolução através das atividades de transformações nas pequenas e médias cidades do interior do estado de São Paulo, que segundo Sposito (2004, p. 41)

A invenção de mecanismos e máquinas que passaram a “domesticar” forças de matérias-primas da natureza pode ser exemplificada pelo tear mecânico, inicialmente de madeira e posteriormente de metal, que se utilizou da água como força motriz; pela máquina a vapor, que ao ser adaptada à locomotiva, permitiu a produção do trem de ferro, o que facilitou o transporte de cargas e passageiros; o conhecimento da energia elétrica permitiu a invenção da lâmpada, que se tornou importante para a iluminação, a utilização de motores elétricos para a tração (trem elétrico), entre outros.

O processo de evolução nas pequenas cidades do interior é lento, cada uma delas dentro das suas especificidades e o desenvolvimento se faz necessário, o autor nos mostra todo processo das atividades de transformações que aos poucos passaram pelas cidades do interior. E na busca do seu espaço cada uma busca nos segmentos que melhor se enquadram e com isso produzem desenvolvimento. O processo é bem diferente nas cidades grandes, segundo Carlos (1994, p. 49)

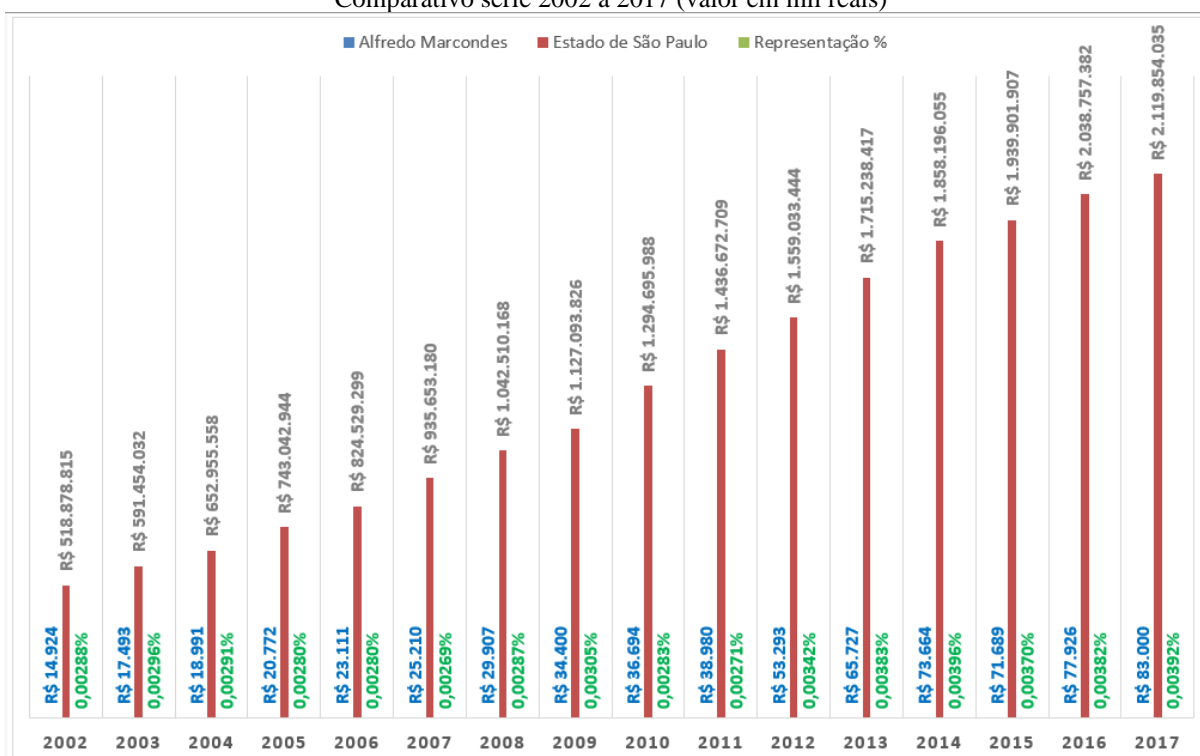
Na realidade, a grande cidade, a metrópole é o resultado de um longo processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. A cidade tem sido o centro por excelência da indústria, *locus* da produção, do comércio, ponto de confluência das vias de comunicação, lugar da gestão, onde se concentra a população e se acumula o capital. Ao se desenvolver a indústria desenvolve-se a urbanização enquanto resultado da especialização do processo de divisão espacial, social e técnica do trabalho.

Bem diferente das pequenas cidades do interior as metrópoles já passaram pelo processo de desenvolvimento, possuem suas próprias produções tanto comercial como industrial, desenvolveu a sua urbanização, se tornando mais capitalista.

3.1 Alfredo Marcondes e a evolução do PIB ao longo da série 2002 a 2016

Alfredo Marcondes é cidade muito pequena, localizada no interior do estado de São Paulo, pertence a região administrativa de Presidente Prudente, segundo (IBGE) possuía no ano de 2002 uma população de 3.751 habitantes, sendo, 2.768 de população urbana e 983 de população rural, no ano de 2017 uma população de 3.920 habitantes, sendo, 3.483 de população urbana e 437 de população rural, houve aumento crescente da população neste período com uma maior concentração na população urbana e uma desconcentração da população rural. Ainda segundo o IBGE em julho de 2020 possuía uma população estimada de 3.927 habitantes, sendo, 3.554 de população urbana e 373 de população rural.

Gráfico: 1 - Participação de Alfredo Marcondes no PIB do Brasil
Comparativo série 2002 a 2017 (valor em mil reais)



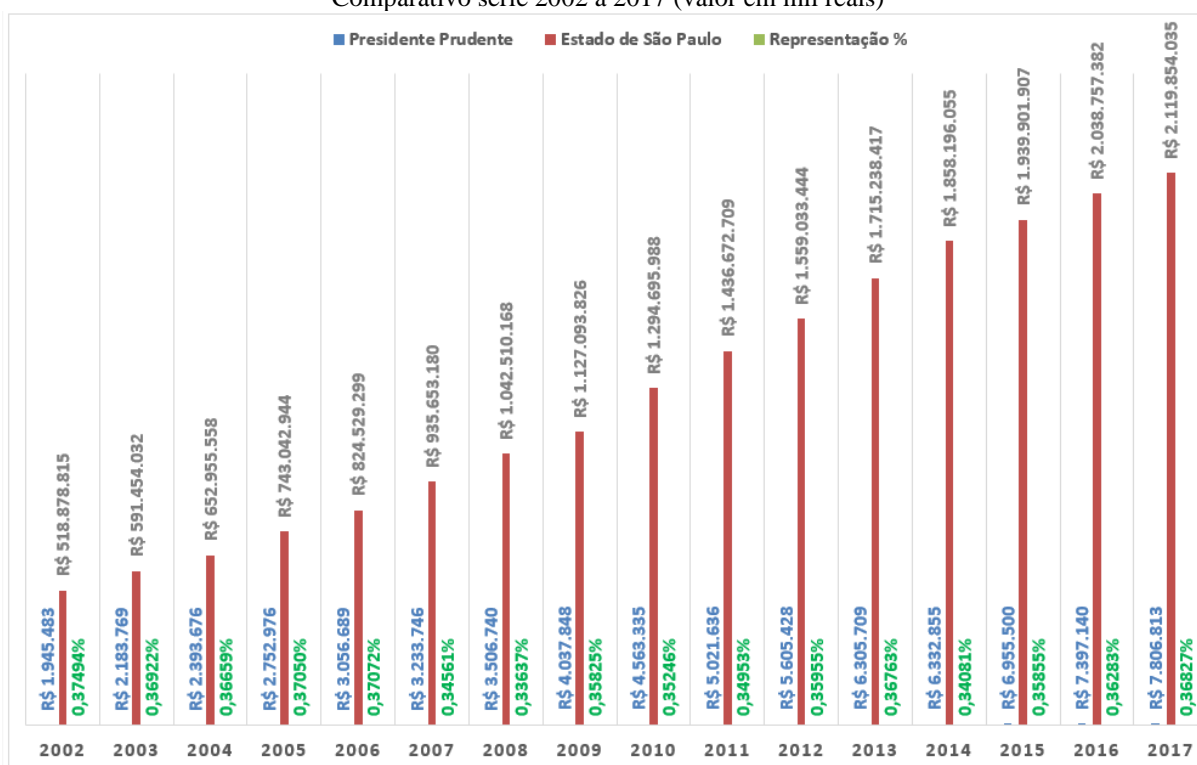
Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme é possível observar através do gráfico 1 a representatividade no PIB comparado com estado de São Paulo na série de 2002 a 2017, é muito pequena, mas houve um crescente de 456,15% na série de 2002 a 2017.

3.2 Presidente Prudente e a evolução do PIB ao longo da série 2002 a 2017

Presidente Prudente é uma cidade de médio porte, localizada no interior do estado de São Paulo, pertence a região administrativa de Presidente Prudente, segundo (IBGE) possuía no ano de 2002 uma população de 193.235 habitantes, sendo, 188.426 de população urbana e 4.809 de população rural, no ano de 2017 uma população de 217.290 habitantes, sendo, 212.858 de população urbana e 4.432 de população rural, houve aumento crescente da população neste período com uma maior concentração na população urbana e uma desconcentração da população rural. Ainda segundo o IBGE em julho de 2020 possuía uma população estimada de 221.073 habitantes, sendo, 216.563 de população urbana e 4.510 de população rural.

Gráfico: 2 - Participação de Presidente Prudente no PIB do Brasil
Comparativo série 2002 a 2017 (valor em mil reais)



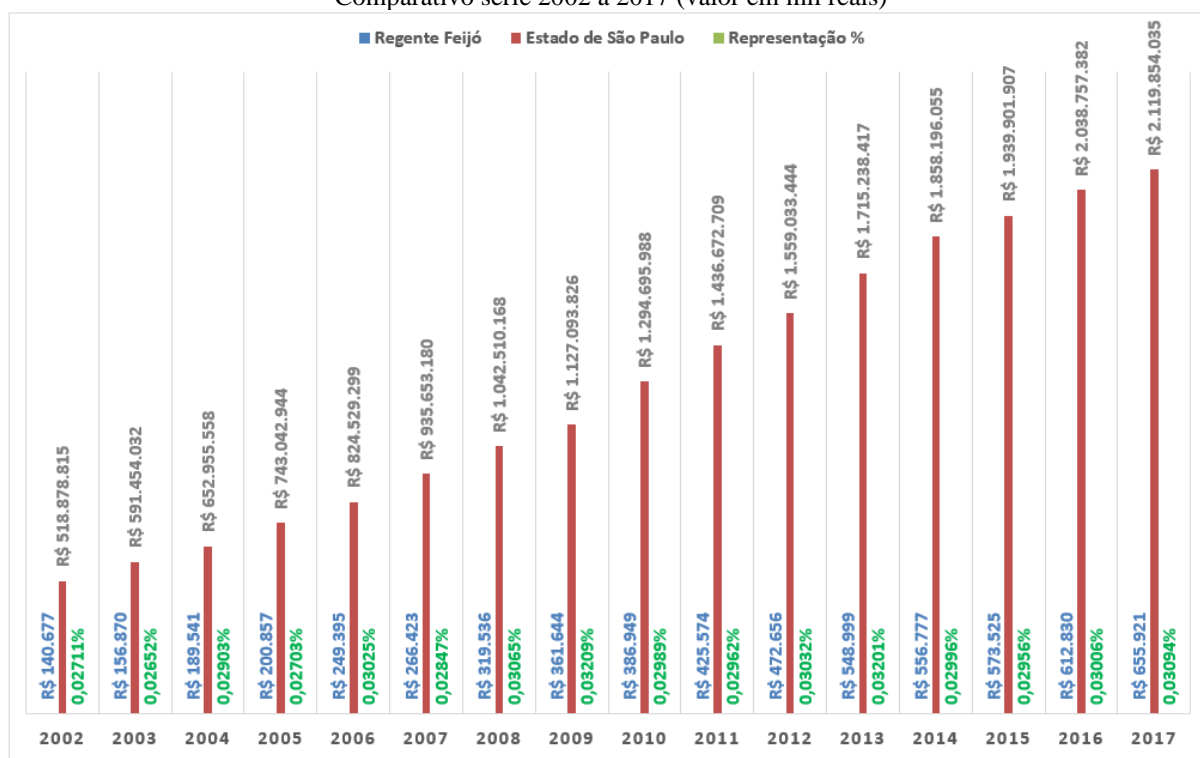
Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme é possível observar através do gráfico 2 a representatividade no PIB comparado com estado de São Paulo na série de 2002 a 2017, é pequena, mas houve um crescente de 301,28% na série de 2002 a 2017.

3.3 Regente Feijó e evolução do PIB ao longo da série 2002 a 2017

Regente Feijó uma cidade pequena, localizada no interior do estado de São Paulo, pertence a região administrativa de Presidente Prudente, segundo (IBGE) possuía no ano de 2002 uma população de 17.306 habitantes, sendo, 15.550 de população urbana e 1.756 de população rural, no ano de 2017 uma população de 19.203 habitantes, sendo, 17.944 de população urbana e 1.259 de população rural, houve aumento crescente da população neste período com uma maior concentração na população urbana e uma desconcentração da população rural. Ainda segundo o IBGE em julho de 2020 possuía uma população estimada de 19.491 habitantes, sendo, 18.302 de população urbana e 1.189 de população rural.

Gráfico: 3 - Participação de Regente Feijó no PIB do Brasil
Comparativo série 2002 a 2017 (valor em mil reais)



Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme é possível observar através do gráfico 3 a representatividade no PIB comparado com estado de São Paulo na série de 2002 a 2017, é muito pequena, mas houve um crescente de 366,26% na série de 2002 a 2017.

3.4 IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal nos municípios de Alfredo Marcondes, Presidente Prudente e Regente Feijó

O IDHM segundo Ipea (2013, p. 27) “é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município”. Ainda segundo o Ipea (2013) as faixas de desenvolvimento humano municipal são fixas, sendo: muito baixo desenvolvimento humano (0 a 0,499), baixo desenvolvimento humano (0,500 a 0,599), médio

desenvolvimento humano (0,600 a 0,699), alto desenvolvimento humano (0,700 a 0,799) e muito alto desenvolvimento humano (0,800 a 1). Conforme é possível observar através da tabela 5 a distribuição dos municípios segundo as faixas dos índices de desenvolvimento humano municipal.

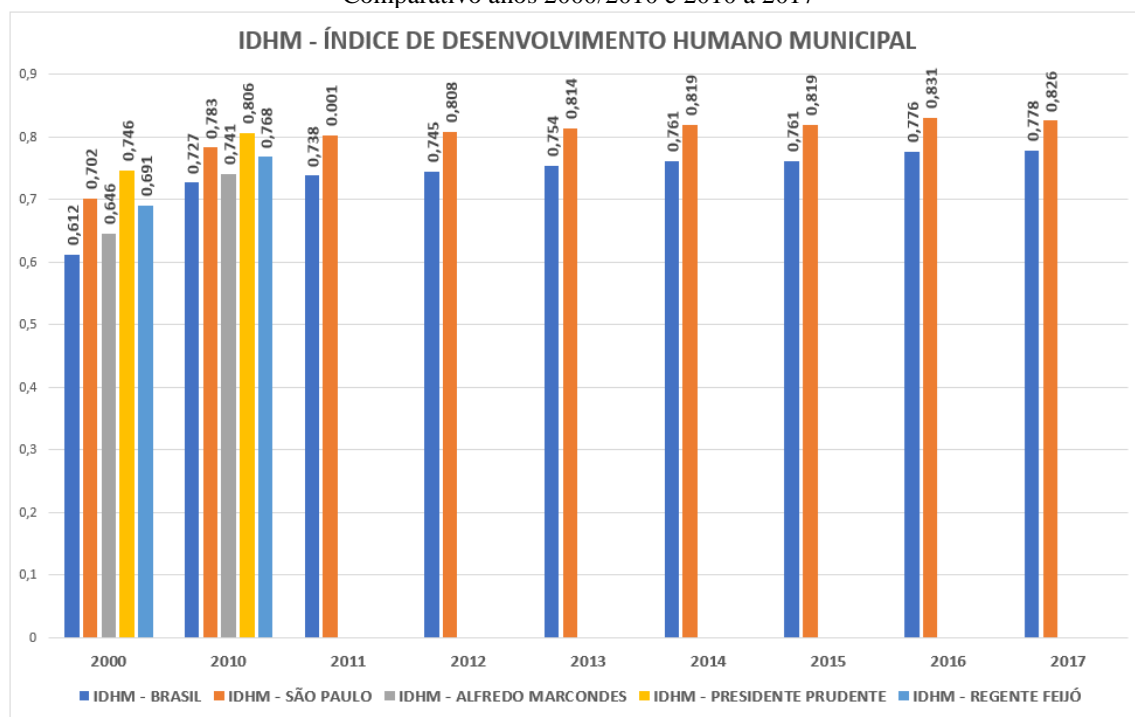
Tabela: 5 – Distribuição Municípios por faixas do índice de desenvolvimento humano municipal – 2000 e 2010

| Desenvolvimento Humano | 2000 | | 2010 | |
|-------------------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
| | Nº de Municípios | % | Nº de Municípios | % |
| Muito Alto | 1 | 0,0% | 44 | 0,8% |
| Alto | 133 | 2,4% | 1.889 | 33,9% |
| Médio | 1.451 | 26,1% | 2.233 | 40,1% |
| Baixo | 1.652 | 29,7% | 1.367 | 24,6% |
| Muito Baixo | 2.328 | 41,8% | 32 | 0,6% |
| Total Municípios | 5565 | 100,0% | 5565 | 100,0% |

Fonte: Elaborado pelo autor

A tabela 5 nos mostra a distribuição dos municípios nos anos de 2000 e 2010, e, em 2000, pouco mais que 71,5% deles encontravam-se nas faixas de Baixo e Muito Baixo Desenvolvimento Humano, em 2010, apenas 25,2% dos municípios brasileiros encontrava-se nessas faixas e mais de 74% deles já figuravam nas faixas de Médio e Alto Desenvolvimento Humano, o que nos mostra os avanços nas últimas duas décadas do desenvolvimento humano no país.

Gráfico: 4 - IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Comparativo anos 2000/2010 e 2010 a 2017



Fonte: Elaborado pelo autor

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), conforme é possível observar no gráfico 4 os índices apresentados nos anos de 2000 e 2010 para os municípios e de 2000, 2010 e de 2011 a 2017 para o Brasil e o estado de São Paulo. Os municípios apresentam o seguinte desempenho: Alfredo Marcondes 0,646 para 2000 e 0,741 para 2010; Presidente Prudente 0,746 para 2000 e 0,806 para 2010; e Regente Feijó 0,691 para 2000 e 0,768 para 2010. Considerando os parâmetros estabelecidos para o IDHM, no ano de 2000 Alfredo Marcondes e Regente Feijó apresentam médio desenvolvimento humano, figurando entre os 1.451 municípios (tabela 5) e Presidente Prudente é considerado como tendo um desenvolvimento humano alto, figurando entre os 133 municípios (tabela 5). no ano de 2010 Alfredo Marcondes e Regente Feijó apresenta alto desenvolvimento humano, figurando entre os 1.889 municípios (tabela 5) e Presidente Prudente é considerado como tendo um desenvolvimento humano muito alto, figurando entre os 44 municípios (tabela 5). Ainda segundo Ipea (2013 p. 40)

O IDHM encontrado para o Brasil, em 2010, é de 0,727. De acordo com as faixas de desenvolvimento humano municipal adotadas pelo Atlas Brasil 2013, o Brasil como um todo se encontra na faixa de Alto Desenvolvimento Humano, melhorando sua classificação em relação aos anos anteriores, quando figurava como Médio Desenvolvimento Humano, em 2000, e de Muito Baixo Desenvolvimento Humano, em 1991. Nas últimas décadas, o Brasil evoluiu de 0,493, em 1991, para 0,612, em 2000, até atingir o valor atual de 0,727. Dessa forma o país apresenta uma evolução de 0,119, entre 1991 e 2010, e 0,115, entre 2000 e 2010, crescendo ao todo 0,234, entre 1991 e 2010. Em termos de percentuais, seu desempenho foi de 24,1%, entre 1991 e 2000, e de 18,8%, entre 2000 e 2010, correspondendo a um crescimento relativo total de 47,5% no período.

Conforme pudemos observar os índices de IDH e IDHM tiveram evoluções entre os períodos de 2000 e 2010, melhorando a qualidade de vida dos brasileiros.

3.5 IVS – Índice de Vulnerabilidade Social nos municípios de Alfredo Marcondes, Presidente Prudente e Regente Feijó

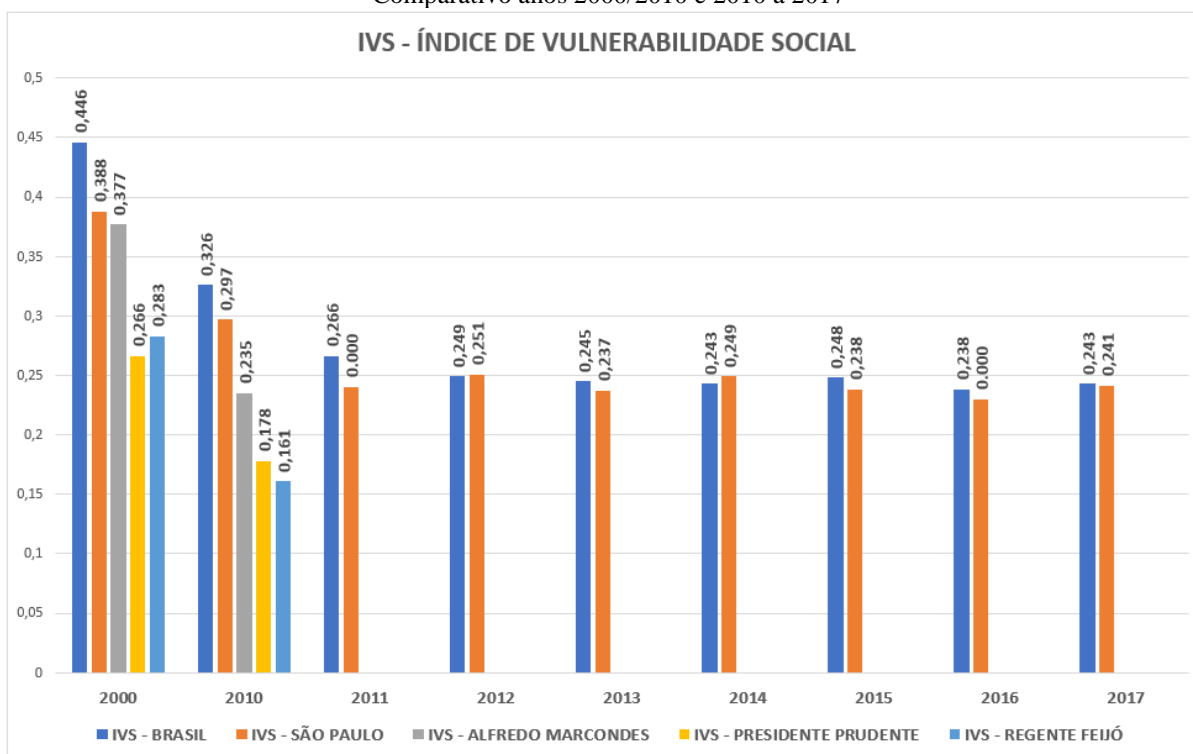
O IVS segundo Ipea (2015, p. 18) “é um índice que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior é a vulnerabilidade social de um município”. Ainda segundo o Ipea (2015), para os municípios que apresentam IVS entre 0 e 0,200, considera-se que possuem muito baixa vulnerabilidade social. Valores entre 0,201 e 0,300 indicam baixa vulnerabilidade social. Aqueles que apresentam IVS entre 0,301 e 0,400 são de média vulnerabilidade social, ao passo que, entre 0,401 e 0,500 são considerados de alta vulnerabilidade social. Qualquer valor entre 0,501 e 1 indica que o município possui muito alta vulnerabilidade social.

Tabela: 6 – Distribuição Municípios por faixas de vulnerabilidade social – 2000 e 2010

| Vulnerabilidade Social | 2000 | | 2010 | |
|-------------------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
| | Nº de Municípios | % | Nº de Municípios | % |
| Muito Baixa | 38 | 0,7% | 627 | 11,3% |
| Baixa | 600 | 10,8% | 1.699 | 30,5% |
| Média | 1.317 | 23,7% | 1.258 | 22,6% |
| Alta | 1.065 | 19,1% | 1.178 | 21,2% |
| Muito Alta | 2.545 | 45,7% | 803 | 14,4% |
| Total Municípios | 5565 | 100,0% | 5565 | 100,0% |

Fonte: Elaborado pelo autor

A tabela 6 apresenta a distribuição dos municípios brasileiros por faixas do IVS, apontando a evolução ocorrida entre 2000 e 2010. A proporção de municípios nas faixas mais baixas da vulnerabilidade social aumentou de 11,5% para 41,8%, enquanto nas faixas de maior vulnerabilidade social essa proporção sofreu redução, passando de 64,8% para 35,6%.

Gráfico: 5 - IVS - Índice de Vulnerabilidade Social
Comparativo anos 2000/2010 e 2010 a 2017

Fonte: Elaborado pelo autor

No que se refere ao Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), conforme é possível observar no gráfico 5 os índices apresentados nos anos de 2000 e 2010 para os municípios e de 2000, 2010 e de 2011 a 2017 para o Brasil e o estado de São Paulo. Os municípios apresentam o seguinte resultado: Alfredo Marcondes 0,377 para 2000 e 0,235 para 2010; Presidente

Prudente 0,266 para 2000 e 0,178 para 2010; e Regente Feijó 0,283 para 2000 e 0,161 para 2010. Considerando os parâmetros estabelecidos para o IVS, no ano de 2000 Alfredo Marcondes apresenta média vulnerabilidade social, figurando entre os 1.317 municípios (tabela 6), Presidente Prudente e Regente Feijó são considerados como tendo baixa vulnerabilidade social, figurando entre os 600 municípios (tabela 6). No ano de 2010 Alfredo Marcondes apresenta baixa vulnerabilidade social, figurando entre os 1.699 municípios (tabela 6), Presidente Prudente e Regente Feijó são considerados como tendo muito baixa vulnerabilidade social, figurando entre os 627 municípios (tabela 6). Segundo Ipea (2015, p. 12)

Assim como as noções de “necessidades básicas insatisfeitas”, “pobreza multidimensional” e “desenvolvimento humano”, exclusão e vulnerabilidade social são noções antes de tudo políticas (ainda que nem sempre sejam percebidas como tal), que introduzem novos recursos interpretativos sobre os processos de desenvolvimento social, para além de sua dimensão monetária. Nesse sentido, a leitura desses processos, resultante desta “nova” conceituação, pode dialogar e produzir efeitos sobre as propostas e os desenhos das políticas públicas, alargando seu escopo e colocando em evidência as responsabilidades do Estado, em todos os seus níveis administrativos, na promoção do bem-estar dos cidadãos.

Conforme pudemos observar os índices de IVS tiveram melhoras entre os períodos de 2000 e 2010, melhorando a vulnerabilidade social dos brasileiros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conseguimos através deste estudo efetuar um comparativo do êxodo rural dos anos de 1950 a 2010, através do censo demográfico do Brasil, analisando o alto grau de migração da população rural para cidade, sendo que no ano de 1950 a proporção era de 64% para área rural, sendo que em 2010 apresentou uma redução desta população para 16%. Havendo um aumento expressivo na população urbana de 1950 para 2010 de 857%.

Comparando o êxodo rural nas cidades do estado de São Paulo, Alfredo Marcondes, Presidente Prudente e Regente Feijó, havendo uma redução da população rural na cidade de Alfredo Marcondes de 82,23%, Presidente Prudente de 37,46% e Regente Feijó de 60,07%, quando se comparado ao ano de 1980 para 2020. Um dos fatores principais foram a falta de incentivo e apoio por parte dos governantes, que se preocupam somente com seis eleitores que se concentram na maioria na área urbana.

Consequentemente houve um aumento na população urbana mesmo com a falta de infraestrutura das cidades, acabaram se mudando na procura de novos sonhos e objetivos.

Alfredo Marcondes houve um aumento na população urbana de 67,58, Presidente Prudente de 66,59% e Regente Feijó de 127,19%, quando se comparado o ano de 1980 para 2020.

O desenvolvimento não surge com as mutações do mercado econômico, surgem com um aglomerado de ações que fazem das descobertas de novos produtos e serviços, e de novas iniciativas dos governantes em mudanças na economia dentro e fora do seu país. Essas novas combinações são condições para que se possa falar em desenvolvimento de um país, estado, região ou local. Em que pese a importância do crescimento econômico, entende-se ser necessário a presença de outros elementos para que se configure um processo de desenvolvimento.

Um dos fatores que observamos é a questão das guerras fiscais e a falta de investimentos públicos, enfraquecendo os estados e conseqüentemente as regiões na concorrência entre ambas na busca de novos investimentos, concomitantemente com abertura das exportações.

A evolução do PIB do Brasil da cidade de Alfredo Marcondes neste comparativo houve um aumento de 400,75% em valores nominais, Presidente Prudente houve um aumento de 280,70% em valores nominais e Regente Feijó houve um aumento de 334,95% em valores nominais do período de 2002 para 2016.

Considerando os parâmetros estabelecidos para o IDHM, no ano de 2000 Alfredo Marcondes e Regente Feijó apresentam médio desenvolvimento humano, figurando entre os 1.451 municípios (tabela 5) e Presidente Prudente é considerado como tendo um desenvolvimento humano alto, figurando entre os 133 municípios (tabela 5). no ano de 2010 Alfredo Marcondes e Regente Feijó apresenta alto desenvolvimento humano, figurando entre os 1.889 municípios (tabela 5) e Presidente Prudente é considerado como tendo um desenvolvimento humano muito alto.

Considerando os parâmetros estabelecidos para o IVS, no ano de 2000 Alfredo Marcondes apresenta média vulnerabilidade social, Presidente Prudente e Regente Feijó são considerados como tendo baixa vulnerabilidade social, no ano de 2010 Alfredo Marcondes apresenta baixa vulnerabilidade social, Presidente Prudente e Regente Feijó são considerados como tendo muito baixa vulnerabilidade social.

São necessários novos estudos mais apurados e detalhados sobre os motivos que evidenciaram o êxodo rural tanto local, regional e nacional.

REFERÊNCIAS

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Ainda é possível desenvolver o meio rural no Brasil?** Revista Prefeitos & Vices. São Paulo: Ano VII, Ed. 35, Mai./Jun.-2015. Disponível em: <http://revistaprefeitosevices.com.br/>. Acesso em: 05 mar. 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e Indústria**. 6ª ed. – São Paulo: Contexto, 1994.

GAZOLLA, Marcio. **Devemos ir para casa comer? As possibilidades do abastecimento local**. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/colunas/coluna-do-gepad/2018/05/devemos-ir-para-casa-comer-as-possibilidades-do-abastecimento-local/>. Acesso em 05 mar. 2019

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **Manutenção e reprodução da pobreza rural no Brasil e o desafio da sua superação por meio de políticas públicas**. CAMPO - TERRITÓRIO: REVISTA DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, v. 9, n. 18, 25 jun. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26894>. Acesso em: 02 jul. 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE, (2010) em parceria com Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA – Tabela – 5938 - **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938#notas-tabela>. Acesso em: 02 jul. 2019.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE atualiza dados geográficos de estados e municípios brasileiros**. 2020a. Disponível em: <[INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: \[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao_atlas_municipal_pt.pdf\]\(http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao_atlas_municipal_pt.pdf\). Acesso em: 02 jul. 2019](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27737-ibge-atualiza-dados-geograficos-de-estados-e-municipios-brasileiros#:~:text=O%20valor%20da%20extens%C3%A3o%20territorial,19%20de%20maio%20de%202020.>. Acesso em: 18 nov. 2020'.</p></div><div data-bbox=)

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros**. 2015. Disponível em: http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf. Acesso em: 02 jul. 2019

SÃO PAULO. **IMP – Informações dos Municípios Paulistas**. SEADE – Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo. 2019. Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>. Acesso em: 02 jul. 2019.

SPOSITO, Eliseu Savério. **A vida nas cidades**. 5ª ed. – São Paulo: Contexto, 2004.